

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Professores reiteram defesa dos seus direitos

Em reunião inédita com os professores das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), no último dia 28 de abril, o Sinpro/RS fez um relato do andamento das negociações com o Sindicato das Mantenedoras das Ices (Sindiman) com vistas ao estabelecimento da Convenção Coletiva de Trabalho 2021 para o segmento.

Reunião com os professores durante o processo de negociação não é comum e foi motivada, segundo a direção do Sinpro/RS, pela pretensão do Sindicato Patronal de rever o patrimônio de direitos da categoria, até então garantidos pelos Acordos Coletivos Plúrimos, e flexibilizar direitos históricos da categoria, como o adicional por aprimoramento acadêmico, o adicional por tempo de serviço, a estabilidade pré-aposentadoria e o desconto para dependentes.

“O Sindiman nos apresentou uma pauta de precari-

zação incompatível com o conceito de instituição comunitária”, destacou o professor Marcos Fuhr, dirigente do Sinpro/RS, que integra a comissão de negociação da educação superior.

As negociações atuais foram precedidas de um ciclo frustrado de reuniões com o Sindiman visando à manutenção de empregabilidade dos professores.

Neste ano, além da defesa do patrimônio de direitos da categoria, outro grande desafio é a reposição da inflação acumulada de 2019 a 2020, a qual totaliza 10,38% (INPC).

O relato preocupou os professores, que destacaram a flexibilização já feita nas negociações do ano passado em relação ao adiamento da reposição da inflação aos salários e reforçaram a importância de o Sinpro/RS manter a resistência diante das intenções do Sindicato Patronal.

EDITORIAL

Uma grave ameaça

Uma grave e perigosa pretensão ameaça os professores das ICES.

Trata-se da intenção da direção do Sindiman/RS e da comissão de gerentes de RH e advogados que, invocando uma superdimensionada crise que estaria ameaçando a sobrevivência das ICES, estão querendo rever todo o conjunto de direitos dos professores, construído ao longo de décadas de negociações com o Sinepe/RS – antigo sindicato patronal e com larga participação dos representantes dessas instituições.

A postura impermeável às reivindicações dos professores não é propriamente uma novidade por parte do Sindiman e da sua comissão. Desde a dissidência com o Sinepe/RS, seus representantes têm sido refratários aos fatos e argumentos apresentados pelos sindicatos de professores, sempre sob o mesmo argumento/pretexto de crise nas instituições e consequente impossibilidade de consideração e atendimento às demandas dos professores. Estranhamente, em oposição a todos os pedidos, mesmo os que não têm reflexo econômico.

Trata-se claramente de uma política de intransigência e rejeição sistemática às reivindicações apresentadas.

Ao longo dos cinco anos, desde a saída do Sinepe/RS, foram negociados, sempre de forma muito dura, Acordos Plúrimos (assinados pelos dirigentes das mantenedoras) que mantiveram a essência da Convenção Coletiva de Trabalho historicamente construída, com algumas flexibilizações.

Em 2018, já havia aparecido a intenção de zerar a convenção histórica e começar de novo/reiniciar a definição de direitos da categoria. A proposição foi rechaça-

da pela comissão dos professores e repudiada junto às Reitorias e ao Comung.

Tão agressivas quanto as pretensões revisionistas de direitos históricos é a resistência à correção do valor da hora-aula para a reposição da inflação, que, consideradas as duas datas-bases, já soma 10,14%.

Inconcebível que se queira impor aos professores, além das perdas de carga horária decorrentes da redução de turmas e das reformas curriculares, a ampliação de jornada efetiva de trabalho, também uma perda irreparável do poder aquisitivo da sua hora-aula.

A pesquisa realizada pelo Sinpro/RS, em parceria com a consultoria FlamingoEDU, evidenciou bem a precarização das condições de trabalho e de vida dos professores, desde o início da pandemia.

As intenções patronais resultarão, certamente, no empobrecimento dos professores, com graves consequências nas condições de trabalho e na qualidade de ensino.

Está em questão a dignidade dos professores, mas também a manutenção do diferencial comunitário das próprias ICES, sempre invocado no discurso dos gestores, inclusive para justificar a própria criação de um sindicato especificamente para as Comunitárias.

Para além das pretensões e contundentes invocações de crises reais, o Sinpro/RS mantém a expectativa de que as Reitorias das ICES se pautem pela preservação do seu maior capital, que são os professores e o seu engajamento nos projetos institucionais e na manutenção do atendimento aos estudantes; e que este reconhecimento se expresse no trato respeitoso de seus representantes com os direitos e as reivindicações dos docentes.

Pauta de flexibilizações do Sindiman/RS

No início de abril, o Sindiman, após as reuniões inaugurais de negociação, encaminhou ao Sinpro/RS o Acordo Coletivo Plúrimo de 2020 com as alterações, cuja síntese elencamos a seguir:

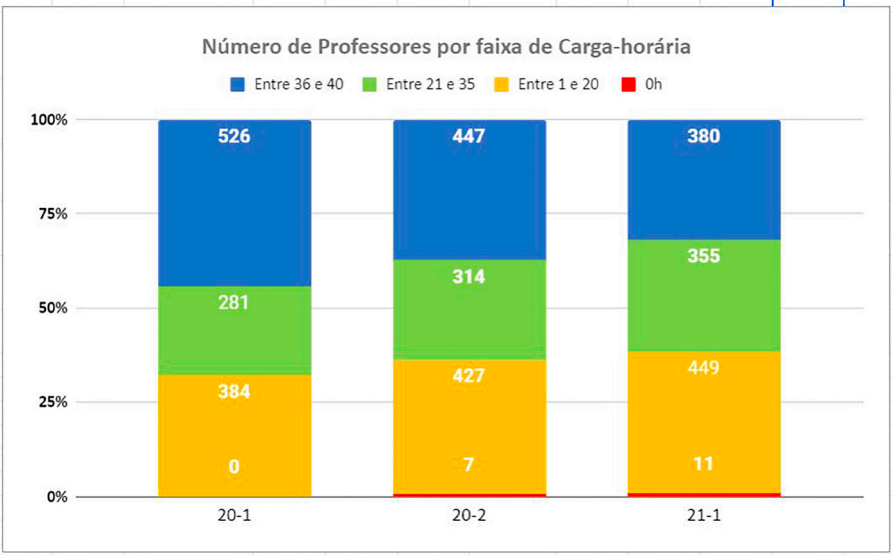
- Revisão da data-base.
- Não reajuste de salário.
- Revisão do piso (valor da hora-aula mínima).
- Revisão do pagamento da *hora in itinere*.
- Revisão do pagamento das horas extras.
- Redução do Adicional Tempo de Serviço (ATS) para os novos contratos e restrito às instituições sem Plano de Carreira.
- Redução do Adicional de Aprimoramento Acadêmico para os novos contratos e restrito às instituições sem Plano de Carreira.
- Flexibilização do horário para incidência de adicional noturno.

- Revisão de prazos para pagamento do 13º salário.
- Alteração da sistemática de descontos em folha.
- Redução da participação das ICES no custeio de planos de saúde.
- Flexibilização das condições de estabilidade pré-aposentadoria.
- Conversão de direitos em discricionariedade das instituições:
 - desconto na mensalidade de dependentes;
 - desconto nos cursos de pós-graduação;
 - deslocamento em função de supervisão de estágios.
- Restrições ao desconto da contribuição assistencial dos professores para o Sindicato.

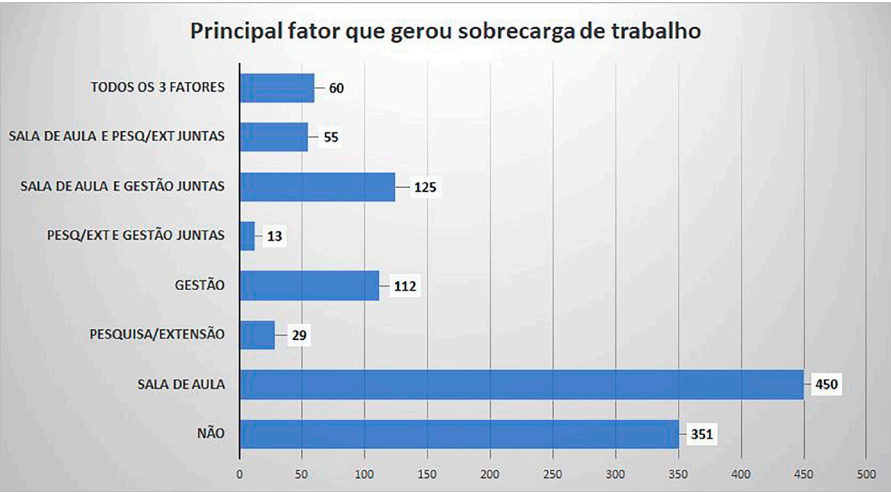
A íntegra dessa proposição já foi encaminhada por e-mail aos professores das ICES no último dia 29 de abril.

Pesquisa confirma deterioração das condições de trabalho dos professores

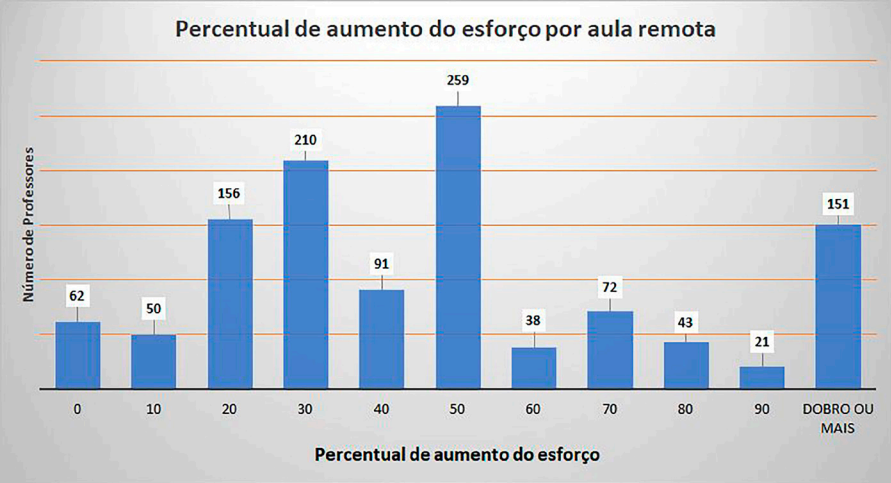
Os sindicatos dos professores (Sinpro/RS, Sinpro/Caxias e Sinpro/Noroeste) realizaram, em parceria com a FlamingoEDU, uma pesquisa, entre os dias 2 e 9 de abril, sobre as condições de trabalho e de vida dos professores da educação superior. Apresentamos aqui alguns dos gráficos/resultados mais expressivos do estudo.



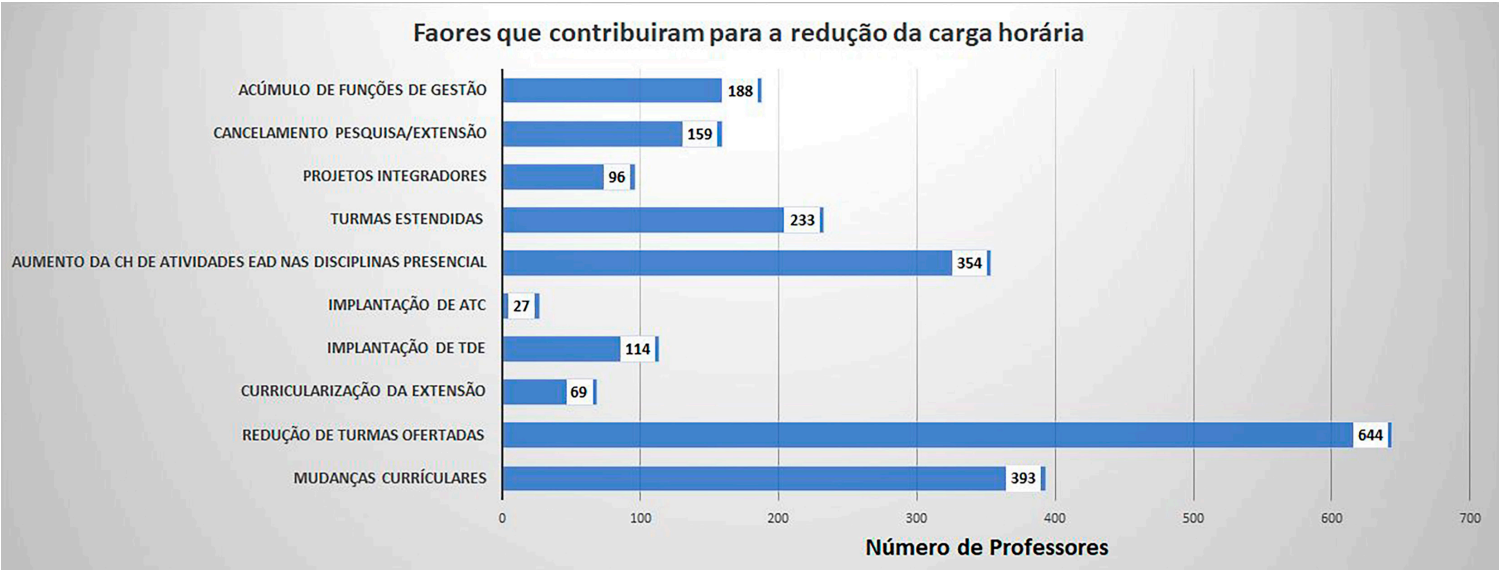
- Aqui, podemos perceber a transferência de professores das faixas de maior CH para as menores ao longo do tempo.
- Deve-se considerar que nestes dados não estão consideradas as demissões.



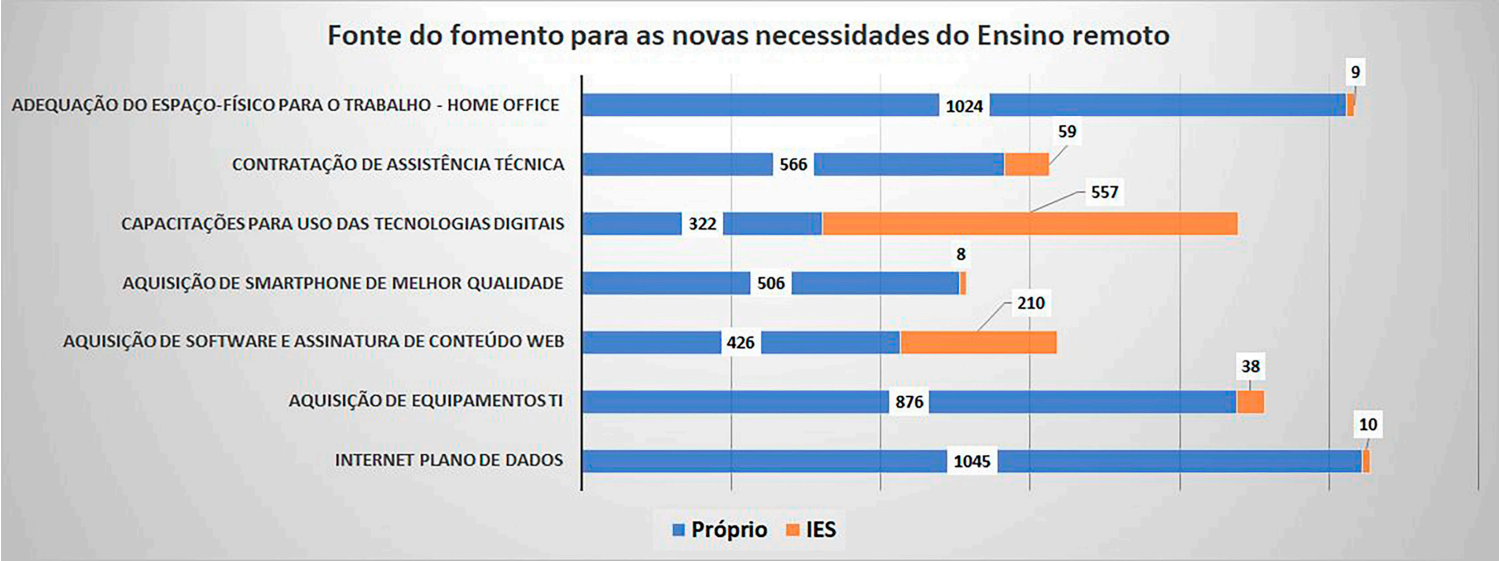
- Sala de aula foi o principal fator (57%) que gerou sobrecarga de trabalho para os entrevistados.
- Porém, um grupo expressivo (30%) não percebeu esta sobrecarga de trabalho.



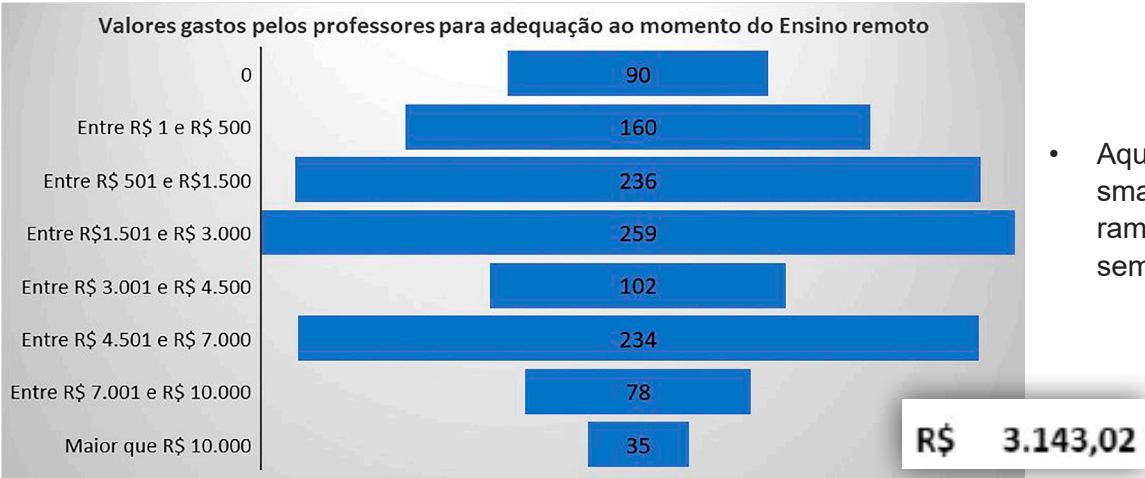
- Sala de aula demandou até 50% de esforço adicional para 64% dos entrevistados.
- Por outro lado, 27% dos entrevistados expressaram que o esforço foi até o dobro da demanda de tempo.



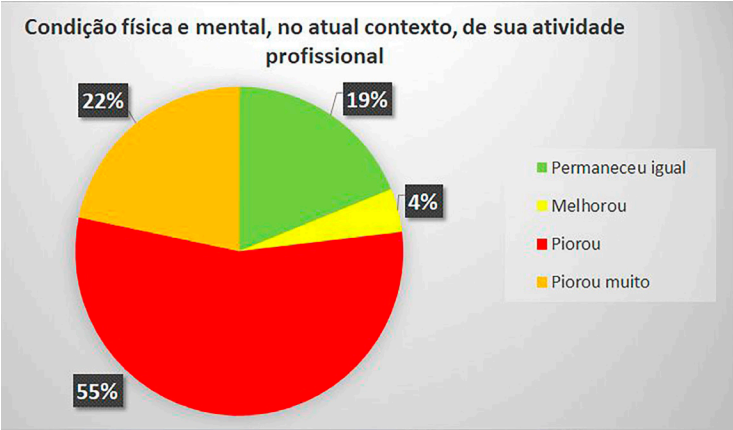
- Redução de turmas ofertadas, mudanças curriculares e EAD nas disciplinas presenciais foram os principais fatores apontados na pesquisa.



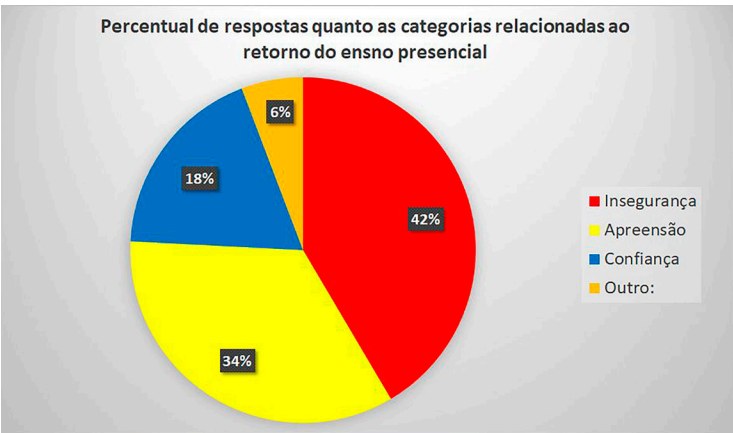
- As IES se limitaram a treinamento, enquanto os professores investiram em plano de dados, computadores, celulares e mobiliário.



- Aquisição de computadores, smartphones e mobiliário tiveram um peso grande no desembolso dos docentes.



- Os valores obtidos mostram uma expressiva piora (77%) das condições dos trabalhadores.



- 82% apontam insegurança e apreensão e outros fatores para a retomada.
- As condições de retorno devem ser discutidas para além da vacinação; questões emocionais em especial.